
BELA VISTA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 32.116.582/0001-62
NIRE 41300095281
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA
COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 30 de abril de 2025, às 15h15 na Rua José Izidoro Biazetto nº 158, Bloco A, Orleans, CEP 81200-240, em Curitiba - PR.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/1976, foi dispensada a convocação em virtude da presença da acionista, Copel Geração e Transmissão S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob nº 04.370.282/0001-70, com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco A, na cidade de Curitiba - PR, representada por seu Diretor Geral e por seu Diretor de Finanças e de Relações com Investidores, conforme previsto em seu Estatuto Social.

3. MESA DIRIGENTE: O Sr. Fernando Mano da Silva, Representante da única acionista e Diretor Geral da Copel Geração e Transmissão S.A., instalou a sessão e assumiu a direção dos trabalhos, nos termos do Estatuto Social, e convidou a mim, Isabel Zaiczuk Raggio, para secretariar a reunião e ficar responsável pela assinatura da versão a ser encaminhada à Junta Comercial.

4. ORDEM DO DIA: Assembleia Geral Ordinária: (i) Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024 e da proposta da Diretoria Executiva da Companhia para destinação do resultado verificado no exercício de 2024; e **(ii)** Substituição de membro da Diretoria; e **Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Fixação da Remuneração Global dos Administradores; e **(ii)** Proposta de Alteração do Artigo 21 do Estatuto Social.

5. DELIBERAÇÕES / INFORMAÇÕES: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

5.i. Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como da proposta da Diretoria Executiva da Companhia para destinação do resultado verificado no exercício de 2024 - Sobre o assunto, o Sr. Presidente esclareceu que se encontravam à disposição da acionista controladora, para efeito de exame e deliberação, o Relatório Anual da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024 — devidamente auditados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. — o qual foi publicado, nos termos da Lei, na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital (<https://www.gov.br/centraldebalancos/#!/demonstracoes>) em 01.04.2025. Em relação à destinação do resultado verificado no exercício de 2024, a acionista tomou conhecimento da proposta da Diretoria Executiva da Companhia para destinação do resultado verificado no exercício de 2024, por meio do Despacho registrado sob o e-Protocolo nº 23.753.764-5, nos seguintes termos: do lucro líquido do exercício de 2024, apurado de acordo com a legislação societária, no valor de R\$

BELA VISTA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 32.116.582/0001-62
NIRE 41300095281
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA
COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

15.528.583,20 (quinze milhões, quinhentos e vinte oito mil, quinhentos e oitenta e três reais e vinte centavos), a Diretoria propõe as seguintes destinações: a) R\$ 776.429,16 (setecentos e setenta e seis mil, quatrocentos e vinte nove reais e dezesseis centavos), equivalentes a 5% do lucro líquido do exercício, para constituição de reserva legal; b) R\$ 3.688.038,51 (três milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, trinta e oito reais e cinquenta e um centavos), para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios e c) R\$ 11.064.115,53 (onze milhões, sessenta e quatro mil, cento e quinze reais e cinquenta e três centavos), para pagamento de dividendo adicional proposto, sendo que o efetivo pagamento deste montante deve observar a disponibilidade de caixa e solicitação por parte da controladora.. Após análise e colocado o assunto em votação, **a única acionista aprovou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024, e da proposta da Diretoria Executiva da Companhia para destinação do resultado verificado no exercício de 2024, nos termos acima.**

5.ii. Substituição de membro da Diretoria – Em atendimento ao Art. 15, Parágrafo Único, do Estatuto Social da Companhia, a única acionista, depois de examinados o respectivo currículo e a pertinente declaração de desimpedimento, e considerando a aderência aos requisitos legais e a aprovação da indicação pelo Comitê de Gente da Copel, em sua 37ª reunião, realizada em 28.03.2025, **ELEGEU, para o cargo de Diretor Técnico da Companhia, em substituição ao Sr. Marcio Raphael Ploszaj, o Sr. FLÁVIO MARTINS RIBEIRO, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da Carteira de Identidade RG nº 10864432 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob nº 035.898.606-00, com endereço comercial na Rua José Izidoro Biazetto nº 158, Bloco A, Curitiba - PR, CEP 81200-240.**

6. DELIBERAÇÕES / INFORMAÇÕES: ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

6.i. Fixação da Remuneração Global dos Administradores - Sobre esse item, o Sr. Presidente informou que, nos termos do artigo 152 da Lei nº 6.404/76, foi apresentada proposta de remuneração global para o período de abril/2025 a março/2026, com encargos, e que tal proposta leva em consideração as diretrizes estabelecidas pela Controladora e a atuação compartilhada dos membros da Diretoria com outras subsidiárias integrais (diretas ou indiretas) da acionista controladora, conforme critério de rateio previsto no Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos firmado com a Copel GeT. **Após análise da documentação apresentada e colocado o assunto em votação, a única acionista aprovou o valor da remuneração global dos Administradores da Companhia para o período de abril/2025 a março/2026 em até R\$ 6.928,92 (seis mil, novecentos e vinte e oito reais e noventa e dois centavos).**

6.ii. Proposta de Alteração do Artigo 21 do Estatuto Social – O Sr. Presidente informou que se faz necessária a atualização do Estatuto Social da Companhia para complementar o artigo 21, que trata da forma de representação da Companhia, que passar a ter a seguinte redação: *“Art. 21 A Companhia obriga-se perante terceiros: (...)*

BELA VISTA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 32.116.582/0001-62
NIRE 41300095281
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA
COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

§ 1º Os instrumentos de mandato mencionados nos incisos anteriores, serão outorgados pela assinatura conjunta dos 02 (dois) Diretores, com prazo determinado de validade e especificarão os poderes conferidos, sendo que apenas as procurações “ad judícia” e para o foro em geral terão prazo indeterminado. (...) § 3º A Sociedade será representada ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, por (02) dois diretores. § 4º Poderá qualquer dos diretores representar individualmente a Companhia, quando o ato a ser praticado impuser representação singular e nos casos em que o uso da assinatura eletrônica impossibilite que (02) duas ou mais pessoas assinem o mesmo documento, mediante assinatura conjunta dos dois diretores”. **Após análise da documentação apresentada e colocado o assunto em votação, a única acionista deliberou por aprovar a alteração do artigo 21º do Estatuto Social proposta.**

7.ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão, da qual lavrou-se a presente ata, que, depois de lida e considerada conforme, foi assinada por todos os presentes.

(a) FERNANDO MANO DA SILVA, Presidente da Assembleia, Representante da Acionista Controladora e Diretor Geral da Copel Geração e Transmissão S.A., FELIPE GUTTERRES RAMELLA, Representante da Acionista Controladora e Diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Copel Geração e Transmissão S.A., e ISABEL ZAICZUK RAGGIO, Secretária. *A presente é cópia fiel da ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Bela Vista Geração de Energia S.A., realizada em 30.04.2025, lavrada em livro próprio e autenticada pela secretária da mesa, com amparo na Instrução Normativa - IN DREI nº 81 e na Lei nº 6.404/1976.*

Curitiba, 30 de abril de 2025

ISABEL ZAICZUK RAGGIO
Secretária



Bela Vista Geração de Energia S.A.

CNPJ nº 32.116.582/0001-62

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

www.copel.com copel@copel.com

Rua Jose Izidoro Biazetto, 158 - Curitiba - PR

CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2024

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
Balancos Patrimoniais	9
Demonstrações de Resultados	10
Demonstrações de Resultados Abrangentes	10
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	11
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	12
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13
1 Contexto Operacional.....	13
2 Base de Preparação.....	13
3 Políticas Contábeis Materiais	14
4 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	19
5 Clientes	19
6 Imobilizado.....	19
7 Intangível	21
8 Tributos	21
9 Fornecedores	21
10 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes	22
11 Patrimônio Líquido	22
12 Receita Operacional Líquida	23
13 Custos e Despesas Operacionais	23
14 Resultado Financeiro	24
15 Imposto de renda e contribuição social	24
16 Instrumentos Financeiros	24
17 Transações com Partes Relacionadas	25
18 Seguros	26
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES	27

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A Administração da Bela Vista Geração de Energia S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2024, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

Curitiba, 01 de abril de 2025.

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Técnico

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo-Financeiro

1. A COMPANHIA

A Bela Vista Geração de Energia S.A. (Bela Vista, Companhia) foi constituída em 06.11.2018, nos termos de seu Estatuto Social e destina-se à geração de energia elétrica. Tem a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) como única acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

1.1. Bela Vista em números

Em milhares de Reais	2024	2023	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	245.173	235.581	4,1
Caixa e equivalentes de caixa	55.027	34.999	57,2
Receita operacional bruta	37.192	30.880	20,4
Deduções da receita	1.358	1.126	20,6
Receita operacional líquida	35.834	29.754	20,4
Custos e despesas operacionais	(22.150)	(23.617)	(6,2)
Resultado das atividades	13.684	6.137	123,0
Ebitda ou Lajida (a)	25.077	17.338	44,6
Resultado financeiro	4.473	3.296	35,7
IRPJ/CSLL	(2.628)	(2.900)	(9,4)
Lucro operacional	18.157	9.433	92,5
Lucro líquido do exercício	15.529	6.533	137,7
Patrimônio líquido	236.456	229.271	3,1
Dividendos	14.753	6.206	137,7
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	11,0	10,8	1,9
Liquidez geral (índice)	6,9	6,2	11,3
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	70,0	58,3	20,1
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	50,7	31,7	59,9
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	43,3	22,0	96,8
Participação de capital de terceiros (%)	3,6	2,7	33,3
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (LL ÷ (PL Inicial))	6,8	2,8	142,9

(a) EBITDA ou LAJIDA - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

2. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)

A Bela Vista realiza a gestão da agenda de sustentabilidade por meio de diversas áreas dedicadas às temáticas relacionadas à ESG. A Holding determina as diretrizes corporativas e as dissemina por meio de políticas e normas que permeiam todas as áreas da Companhia. Maiores informações sobre Gestão ESG podem ser encontradas no Relatório de Administração da Copel.

A Companhia segue as diretrizes da Copel nas questões de Governança Corporativa. A Copel é uma companhia de capital aberto, dotada de personalidade jurídica de direito privado, cujas ações são negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (B3), Nova Iorque (NYSE) e Madri (Latibex) – que demanda um robusto sistema de governança para assegurar que o desempenho dos administradores e o planejamento estratégico está alinhado aos interesses da Companhia e suas partes interessadas.

Na B3, a Copel integra o Nível 2 de governança desde 2021. Seu sistema também adota o Código de Melhores Práticas de Governança para Companhias Abertas, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, e responde aos critérios da *Securities and Exchange Commission* - SEC, da bolsa norte-americana e dispositivos legais e regulatórios brasileiros.

Após sua transformação em companhia de capital disperso e sem acionista controlador (“Corporação”), a Copel deu continuidade à adoção de uma série de mecanismos para fortalecer sua estrutura de governança corporativa, aperfeiçoando seus instrumentos e buscando manter uma estrutura robusta que acompanha a evolução das práticas de mercado.

2.1. Programa de Integridade

O Programa de Integridade da Bela Vista está alinhado às melhores práticas de ações contra a corrupção. O 10º Princípio do Pacto Global preconiza que as empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, com metas para desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis, indo além das obrigações legais, fortalecendo os mecanismos de transparência e integridade. Abrangendo todos os empregados, administradores e conselheiros fiscais, o Programa de Integridade está estruturado para prevenir, detectar e remediar potenciais atos lesivos como conflito de interesses, fraudes em processos de contratação e pagamentos, entre outros.

Fazem parte do Programa de Integridade, o Código de Conduta, que foi revisado e atualizado em 2024, incorporando as mudanças decorrentes da transformação da Copel em corporação e melhores práticas de mercado e o Canal de Denúncia, que registra qualquer situação que indique violação de princípios éticos, políticas, normas, leis e regulamentos ou outras condutas impróprias e mantém canais de manifestação específicos para esses fins, com garantia de sigilo.

2.2. Dimensão Social

Consciente de seu papel na sociedade, a Bela Vista desenvolve programas e ações voltados ao bem-estar das comunidades, alinhados às expectativas de seus públicos e a diretrizes internacionais, como a Agenda 2030 da ONU. A Companhia busca alternativas que promovam desenvolvimento social, mesmo ao implementar novos empreendimentos que gerem empregos e receitas, mas que possam exigir mitigação de impactos.

Mais informações sobre esses programas podem ser encontradas no [Relato Integrado](#) da Copel.

2.3. Dimensão Ambiental

O comprometimento da Bela Vista com o desenvolvimento sustentável está intrinsecamente relacionado ao dia a dia de suas atividades. A Companhia atua para atingir a ecoeficiência, preservar a biodiversidade e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE).

As diretrizes para essa atuação estão na Política de Sustentabilidade da Copela, que aborda em seus diversos capítulos os temas Ambiental, Biodiversidade, Direitos Humanos, Engajamento com Partes Interessadas, Investimento Social Privado e Mudança do Clima, é base para outras normas internas de Gestão de Resíduos, de Gestão dos Efeitos de Mudança do Clima, entre outras.

Mais informações sobre esses programas podem ser encontradas no [Relato Integrado](#).

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

O empreendimento, com 29,81 MW de capacidade instalada e garantia física de 18,61 MW médios, contempla uma Pequena Central Hidrelétrica localizada - PCH construída no Rio Chopim, nos municípios de São João e Verê, localizados no sudoeste do estado do Paraná.

A PCH Bela Vista começou a operar no primeiro semestre de 2021 e a energia produzida é encaminhada para o sistema através de uma linha de distribuição de alta-tensão de 138 mil Volts (kV) até a subestação da Copel Distribuição S.A. em Dois Vizinhos, também no Sudoeste, numa extensão de 18,4 km. Em 2023, foi concluída a implantação da quarta unidade geradora, que entrou em operação comercial em 07.06.2023, de forma antecipada ao prazo de suprimento dos contratos de venda de energia elétrica comercializados no 28º Leilão de Energia Nova (Leilão Aneel nº 003/2018).

O empreendimento possui baixo impacto ambiental com reservatório de 2,85 km² (284,88 ha) para o nível de água máximo normal, sendo que desta área, aproximadamente 1,77 km² (177,33 ha) pertencem à calha natural do Rio Chopim, resultando em uma área efetivamente alagada de 1,08 km² (108 ha), ou seja, um incremento de área molhada de apenas 38%, aproximadamente, em relação à situação original.

A obra beneficia cerca de 100 mil consumidores com energia elétrica, reforçando a disponibilidade de energia do parque gerador da Copel. Adicionalmente, durante a implantação da usina, foi construída uma ponte rodoviária de 200 metros sobre o Rio Chopim como contrapartida para a comunidade do entorno, contribuindo para melhorar o escoamento da produção agrícola entre São João e Verê.

Usina em operação em 31.12.2024 – Características Físicas

Usina	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Propriedade %	Potência Instalada (MW) Proporc.	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
PCH Bela Vista	29,8	18,6	100%	29,8	18,6	12.06.2021	02.01.2041
TOTAL	29,8	18,6		29,8	18,6		

Garantia Física Realizada e Esperada

Garantia física GWh/ano proporcional	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
PCH Bela Vista	163,5	163,0	163,0	163,0	163,5	163,0	163,0
TOTAL	163,5	163,0	163,0	163,0	163,5	163,0	163,0

Modelo de Negócio e Condições no ACR

Usinas	Modelo de Negócio em 1º.01.2024	Preço no ACR em 1º.01.2024	Data e índice de reajuste no ACR
PCH Bela Vista	79% ACR e 21% ACL até 31.12.2053	Médio: R\$ 261,79 / MWh	IPCA em 01/jan

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (em milhares de reais)

4.1. Receita Operacional Líquida

Em 2024, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R\$ 6.080, representando 20,4% de aumento em relação a 2023 devido principalmente à maior venda no ambiente de contratação regulado (ACR) com um preço mais atrativo do que o obtido no ano passado com a venda no ambiente de contratação livre.

4.2. Custos e Despesas Operacionais

Em 2024, os Custos e Despesas Operacionais tiveram decréscimo de R\$ 721, representando 6,2% de redução em relação a 2023 devido principalmente a redução na aquisição de materiais e serviços para manutenção do sistema elétrico, compensado parcialmente pelo aumento da compra de energia para revenda:

	2024	2023	Variação	
			R\$	%
Energia elétrica comprada para revenda	4.354	673	3.681	547,0
Encargos de uso da rede elétrica	1.379	1.335	44	3,3
Pessoal, administradores, Planos de Previdência e Assistencial	656	1.402	(746)	(53,2)
Material	204	3.363	(3.159)	(93,9)
Serviços de terceiros	3.446	4.589	(1.143)	(24,9)
Depreciação e amortização	11.393	11.201	192	1,7
Taxa de fiscalização da Aneel	124	123	1	0,8
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	594	931	(337)	(36,2)
	22.150	23.617	(1.467)	(6,2)

4.3. EBITDA ou LAJIDA

Em milhares de Reais	2024	2023	2022
Lucro líquido	15.529	6.533	10.740
Despesas com tributos sobre os lucros	2.628	2.900	1.421
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(4.473)	(3.296)	(1.405)
Lajir/Ebit	13.684	6.137	10.756
Depreciação e Amortização	11.393	11.201	11.164
Lajida/Ebitda	25.077	17.338	21.920
Receita Operacional Líquida - ROL	35.834	29.754	30.249
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	69,98%	58,27%	72,47%

O Ebitda da Companhia em 2024 apresentou aumento de R\$ 7.739 ou 44,6% em relação a 2023 devido principalmente ao aumento da receita.

4.4. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou acréscimo de R\$ 1.177 devido principalmente ao aumento da renda de aplicações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Balanços Patrimoniais**

em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	55.027	34.999
Clientes	5	4.118	3.074
Imposto de renda e contribuição social		907	491
Outros tributos a recuperar	8	8	22
Despesas antecipadas		355	406
		60.415	38.992
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos judiciais		-	218
Outros tributos a recuperar	8	-	6
		-	224
Imobilizado	6	180.931	191.085
Intangível	7	3.827	5.280
		184.758	196.589
TOTAL DO ATIVO		245.173	235.581
PASSIVO	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	18	141	238
Fornecedores	9	718	587
Imposto de renda e contribuição social		368	278
Outras obrigações fiscais	8	177	500
Dividendos a pagar	11.3	3.688	1.552
Outras contas a pagar		404	446
		5.496	3.601
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	1.679	865
Provisões para litígios	10	1.542	1.844
		3.221	2.709
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	11.1	223.913	223.913
Reserva legal	11.2	1.479	703
Dividendo adicional proposto	11.3	11.064	4.655
		236.456	229.271
TOTAL DO PASSIVO		245.173	235.581

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	35.834	29.754
Custos Operacionais	13	(20.852)	(21.576)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		14.982	8.178
Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(1.139)	(1.919)
Outras despesas operacionais	13	(159)	(122)
		(1.298)	(2.041)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		13.684	6.137
Resultado Financeiro	14		
Receitas financeiras		4.428	3.304
Despesas financeiras		45	(8)
		4.473	3.296
LUCRO OPERACIONAL		18.157	9.433
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15		
Imposto de renda e contribuição social		(1.814)	(2.450)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(814)	(450)
		(2.628)	(2.900)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		15.529	6.533
RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - em reais	11.4	0,06936	0,02919
Ações ordinárias			

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
em milhares de reais

	31.12.2024	31.12.2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	15.529	6.533
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	15.529	6.533

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Reserva legal	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Saldo em 01.01.2023		223.913	376	5.363	-	229.652
Lucro líquido do exercício		-	-	-	6.533	6.533
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	(5.363)	-	(5.363)
Destinação proposta à A.G.O.:						-
Reserva legal	11.2	-	327	-	(327)	-
Dividendos mínimo obrigatório	11.3	-	-	-	(1.551)	(1.551)
Dividendo adicional proposto	11.3	-	-	4.655	(4.655)	-
Saldo em 31.12.2023		223.913	703	4.655	-	229.271
Lucro líquido do exercício		-	-	-	15.529	15.529
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	(4.655)	-	(4.655)
Destinação proposta à A.G.O.:						-
Reserva legal	11.2	-	776	-	(776)	-
Dividendos mínimo obrigatório	11.3	-	-	-	(3.689)	(3.689)
Dividendo adicional proposto	11.3	-	-	11.064	(11.064)	-
Saldo em 31.12.2024		223.913	1.479	11.064	-	236.456

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro do exercício		15.529	6.533
Ajustes para a reconciliação do prejuízo do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Variações monetárias		(47)	7
Depreciação e amortização	13	11.392	11.200
Imposto de renda e contribuição social		1.814	2.450
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.1	814	450
Resultado das baixas de imobilizado		-	2.274
		29.502	22.914
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(1.044)	(77)
Depósitos judiciais		218	(218)
Imposto de renda e contribuição social	15	(416)	(241)
Outros tributos a recuperar		20	2
Despesas antecipadas		51	225
		(1.171)	(309)
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		-	(37)
Partes relacionadas		(97)	(3)
Fornecedores		131	(558)
Outras obrigações fiscais		(323)	252
Outras contas a pagar		(42)	(251)
Provisões para litígios	10.1	38	1
		(293)	(596)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		28.038	22.009
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.724)	(2.426)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		26.314	19.583
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	6.1	(80)	(211)
Aquisições de intangível	7.1	-	(156)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(80)	(367)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(6.206)	(7.151)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(6.206)	(7.151)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		20.028	12.065
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	34.999	22.934
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	55.027	34.999
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		20.028	12.065

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Bela Vista Geração de Energia S.A. (Bela Vista ou Companhia), com sede na Rua Jose Isidoro Biazetto, 158, Curitiba - PR, foi constituída, nos termos de seu Estatuto Social, como sociedade anônima de capital fechado, em 06.11.2018. Tem como objeto social a exploração da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Bela Vista, bem como a geração, conexão com o sistema elétrico e comercialização da energia gerada a partir da exploração desse empreendimento hidrelétrico localizado no Rio Chopim, Estado do Paraná, por meio da REA nº 7802/2019 com prazo final da concessão em 02.01.2041. Possui a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) como único acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

A PCH Bela Vista tem 29,81 MW de capacidade instalada e garantia física de 18,61 MW médios. A participação no leilão A-6 realizado em 31.08.2018 vendeu 14,7 MW médios em contratos regulados ao preço original de R\$ 195,70/MWh. O contrato de venda de energia teve início de suprimento em 1º.01.2024, prazo de 30 anos e reajuste anual pelo IPCA. As obras tiveram seu início no mês de agosto de 2019 e a entrada em operação comercial das três principais unidades geradoras ocorreu em 12.06.2021, 12.07.2021 e 15.08.2021. A entrada em operação da central geradora (*Stream Diver*) de 0,488 MW médios, foi liberada para início da operação em teste a partir de 28.02.2023, entrando em operação comercial em 07.06.2023.

2 Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 01.04.2025.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como aquelas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são as seguintes.

- NEs nºs 3.2 e 6 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.3 e 6 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nºs 3.4 e 7 - Intangível: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.5 e 10 - Provisões para Litígios e Passivos Contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NE nº 3.6 - Reconhecimento da Receita: estimativa de valores não faturados;
- NEs nºs 3.8 e 8 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros;

2.4 Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes da concessão pública de longo prazo; (ii) valor do patrimônio líquido (iii) geração de caixa operacional; (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais; e (v) cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia, o qual é aprovado pela Administração, acompanhado e revisado periodicamente, buscando a perenidade de suas atividades.

Para equacionar a capacidade financeira de curto prazo da Companhia, que apresenta capital circulante líquido negativo, a Administração vem monitorando a evolução da liquidez e adotando ações para equacionamento da capacidade financeira de curto prazo. A Companhia conta com o suporte financeiro da Controladora, portanto, sem prejuízos à capacidade financeira de curto prazo da Companhia.

3 Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras são

apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado. Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação ocorre de forma prospectiva.

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto

3.1.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 **Imobilizado**

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

3.3 **Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment***

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.3.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.3.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.4 Intangível

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos, além de servidões de passagem que são amortizadas pela expectativa de vida útil, limitada ao período da concessão

3.5 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.6 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

3.7 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2024

A partir de 1º.01.2024 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- (i) CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores;
- (ii) CPC 26 / IAS 1 - requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com Covenants;
- (iii) CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de “sale and leaseback”; e
- (iv) CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado: alterações para adequação aos CPCs emitidos posteriormente a emissão da norma.

3.8 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações abaixo:

- (i) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade (a partir de 1º.01.2025);
- (ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (a partir de 1º.01.2025);
- (iii) ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial (a partir de 1º.01.2025);
- (iv) CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (a partir de 1º.01.2026);
- (v) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (a partir de 1º.01.2027);
- (vi) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (a partir de 1º.01.2027);
- (vii) OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO) (a partir de 1º.01.2025);
- (viii) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas, exceto a IFRS 18, para a qual a Administração está avaliando os impactos de adoção.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e bancos conta movimento	1.750	319
Aplicações financeiras de liquidez imediata	53.277	34.680
	55.027	34.999

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 96,0% e 97,5% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	31.12.2024	31.12.2023
Leilão de energia	3.867	32	3.899	-
Contratos bilaterais - Copel Comercialização S.A.	220	-	220	2.140
CCEE	-	-	-	934
	4.087	32	4.119	3.074
(-) Perdas de créditos esperadas	(1)	-	(1)	-
	4.086	32	4.118	3.074

6 Imobilizado

A Companhia registra no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e comerciais para a geração de energia elétrica.

	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2024	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2023
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	75.992	(13.905)	62.087	75.992	(10.024)	65.968
Máquinas e equipamentos	85.592	(15.147)	70.445	85.560	(10.728)	74.832
Edificações	36.347	(6.641)	29.706	36.347	(4.784)	31.563
Terrenos	20.982	(3.749)	17.233	20.818	(2.680)	18.138
	218.913	(39.442)	179.471	218.717	(28.216)	190.501
Em curso						
Custo	1.460	-	1.460	584	-	584
	1.460	-	1.460	584	-	584
	220.373	(39.442)	180.931	219.301	(28.216)	191.085

6.1 Muta o do imobilizado

	Saldo em 1 ^o .01.2023	Deprecia- �o	Baixas	Transf. Litígios	Transfe- r�ncias	Saldo em 31.12.2023	Aquisi�es	Depre- cia�o	Transf. Litígios	Transfe- r�ncias	Saldo em 31.12.2024
Em serviço											
Reservatórios, barragens, adutoras	69.847	(3.880)	-	-	-	65.967	-	(3.880)	-	-	62.087
Máquinas e equipamentos	79.150	(4.320)	-	-	-	74.830	-	(4.419)	-	32	70.443
Edifica�es	33.421	(1.856)	-	-	-	31.565	-	(1.857)	-	-	29.708
Terrenos	20.201	(979)	-	-	(1.083)	18.139	-	(1.069)	-	164	17.234
	202.619	(11.035)	-	-	(1.083)	190.501	-	(11.225)	-	196	179.472
Em curso											
Custo	2.631	-	(2.274)	(856)	1.083	584	80	-	(32)	827	1.459
	2.631	-	(2.274)	(856)	1.083	584	80	-	(32)	827	1.459
Total	205.250	(11.035)	(2.274)	(856)	-	191.085	80	(11.225)	(32)	1.023	180.931

Os ativos do projeto original da usina de PCH Bela Vista s o considerados pelo Poder Concedente sem total garantia de indeniza o do valor residual ao final do prazo da concess o. Essa interpreta o est  fundamentada na Lei das Concess es n  8.987/1995 e no Decreto n  2.003/1996, que regulamentam a produ o de energia el trica por produtor independente. Dessa forma, a partir da entrada em opera o desses ativos, a deprecia o   realizada pela maior taxa entre aquela determinada pela vida  til do ativo ou a taxa calculada com base no prazo de concess o.

Conforme previsto no contrato de concess o, os investimentos posteriores e n o previstos no projeto original, desde que aprovados pelo Poder Concedente e ainda n o amortizados, ser o indenizados ao final do prazo da concess o e depreciados com as taxas estabelecidas pela vida  til do ativo, a partir da entrada em opera o.

A Administra o da Companhia n o identificou qualquer evid ncia que justificasse a necessidade de reconhecimento de perdas pela redu o ao valor recuper vel de ativos nos exerc cios de 2024 e em 2023.

Taxas m�dias de deprecia�o (%)	31.12.2024	31.12.2023
Gera�o		
Edifica�es	5,11	5,11
Equipamento geral	6,25	5,46
Máquinas e equipamentos	5,13	5,17
Geradores	5,17	5,13
Reservatórios, barragens e adutoras	5,11	5,11
Turbina hídrica	5,19	5,19

7 Intangível

7.1 Muta o do intang vel

	em serviço	em curso	Total
Em 1^o.01.2023	2.832	2.457	5.289
Aquisi�es	-	156	156
Quotas de amortiza�o - concessão e autoriza�o (a)	(165)	-	(165)
Em 31.12.2023	2.667	2.613	5.280
Transferências - litígios	-	(263)	(263)
Capitaliza�es para intangível em serviço	146	(146)	-
Quotas de amortiza�o - concessão e autoriza�o (a)	(167)	-	(167)
Transferência para imobilizado	-	(1.023)	(1.023)
Em 31.12.2024	2.646	1.181	3.827

(a) Amortiza o durante o per odo de concess o/autoriza o a partir do in cio da opera o comercial do empreendimento.

8 Tributos

8.1 Imposto de renda contribui o social diferidos

	Saldo em 1 ^o .01.2023	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.12.2023	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.12.2024
(-) Passivo não circulante					
Provisão de rendimentos de aplica�es financeiras - CDB.	416	449	865	814	1.679
	416	449	865	814	1.679

8.2 Outros tributos a recuperar e outras obriga es fiscais

	31.12.2024	31.12.2023
Ativo circulante		
ICMS a recuperar	8	22
	8	22
Ativo não circulante		
ICMS a recuperar	-	6
	-	6
Passivo circulante		
PIS/Pasep e Cofins a recolher	115	90
Outros tributos	62	410
	177	500

9 Fornecedores

	31.12.2024	31.12.2023
Energia elétrica	328	-
Materiais e serviços	390	587
	718	587

10 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.5 são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

10.1 Mutação das provisões para litígios

	Saldo em 1º.01.2024	Adições	Reversões	Variação Monetária	Adições / Reversões no ativo	Saldo em 31.12.2024
Cíveis						
Cíveis e direito administrativo	284	280	(242)	(45)	(277)	-
Servidões de passagem	153	-	-	-	14	167
Desapropriações e patrimoniais	1.407	-	-	-	(32)	1.375
	1.844	280	(242)	(45)	(295)	1.542
	1.844	280	(242)	(45)	(295)	1.542

	Saldo em 1º.01.2023	Adições	Variação Monetária	Adições / Reversões no ativo	Saldo em 31.12.2023
Fiscais	91	-	-	(91)	-
Cíveis					
Cíveis e direito administrativo	-	1	7	276	284
Servidões de passagem	183	-	-	(30)	153
Desapropriações e patrimoniais	2.418	-	-	(1.011)	1.407
	2.601	1	7	(765)	1.844
	2.692	1	7	(856)	1.844

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2024 o saldo de passivos contingentes identificados é de R\$ 90 (R\$ 78 em 31.12.2023) e refere-se a servidões de passagem.

11 Patrimônio Líquido

11.1 Capital Social

O capital social integralizado em 31.12.2024, no valor de R\$ 223.913 (R\$ 223.913 em 31.12.2023) é composto por 223.913.000 (223.913.000 em 31.12.2023) ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes a Copel GeT.

11.2 Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação,

limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa a cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976, e é constituída com base em Orçamento de Capital proposto pelos órgãos da Administração para deliberação da Assembleia Geral, quando aplicável.

11.3 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2024	31.12.2023
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	15.529	6.533
Reserva legal (5%)	(776)	(327)
	14.753	6.206
Dividendos propostos		
Dividendos (25%)	3.689	1.551
Dividendo adicional proposto	11.064	4.655
	14.753	6.206

11.4 Lucro líquido básico e diluído por ação

	31.12.2024	31.12.2023
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações	15.529	6.533
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações	223.913.000	223.913.000
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações	0,06936	0,02919

12 Receita Operacional Líquida

	Receita Bruta	PIS/Pasep e Cofins	Receita Líquida 31.12.2024	Receita Líquida 31.12.2023
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	33.845	(1.235)	32.610	-
Contratos bilaterais - Copel Comercialização S.A.	3.167	(116)	3.051	28.242
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	180	(7)	173	1.512
	37.192	(1.358)	35.834	29.754

13 Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas administrativas	Outras despesas líquidas	31.12.2024	31.12.2023
Energia elétrica comprada para revenda	(4.354)	-	-	(4.354)	(673)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.379)	-	-	(1.379)	(1.335)
Pessoal e administradores	-	(571)	-	(571)	(1.306)
Planos previdenciário e assistencial	-	(85)	-	(85)	(96)
Material	(189)	(15)	-	(204)	(3.363)
Serviços de terceiros	(3.091)	(355)	-	(3.446)	(4.589)
Depreciação e amortização	(11.384)	(9)	-	(11.393)	(11.201)
Taxa de fiscalização da Aneel	-	-	(124)	(124)	(123)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(455)	(104)	(35)	(594)	(931)
	(20.852)	(1.139)	(159)	(22.150)	(23.617)

14 Resultado Financeiro

	31.12.2024	31.12.2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	4.420	3.299
Outras receitas financeiras	8	5
	4.428	3.304
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária de litígios (NE nº 10.1)	(45)	-
Outras despesas financeiras	-	8
	(45)	8
Líquido	4.473	3.296

15 Imposto de renda e contribuição social

	31.12.2024		31.12.2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional	37.192	37.192	30.880	30.880
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	2.975	4.463	2.470	3.706
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados, liquidas de IOF	4.428	4.428	3.304	3.304
(-) Receita financeira provisionada	(2.393)	(2.393)	(1.322)	(1.322)
Outras receitas	-	-	2.495	2.495
(=) Base de cálculo	5.010	6.498	6.947	8.183
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%	-	10%	-
Imposto de renda e contribuição social	1.229	585	1.713	737
Receita financeira provisionada	2.393	2.393	1.322	1.322
Imposto de renda e contribuição social diferidos	599	215	331	119

16 Instrumentos Financeiros

16.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2024		31.12.2023	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	55.027	55.027	34.999	34.999
			55.027	55.027	34.999	34.999
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		4.118	4.118	3.074	3.074
Total dos ativos financeiros			59.145	59.145	38.073	38.073
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	9		718	718	587	587
Total dos passivos financeiros			718	718	587	587

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: informações obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo

- a) O valor justo dos ativos e passivos financeiros é equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

16.2 Gerenciamento de riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

16.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos financeiros considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

Os riscos relacionados as perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados aos clientes, relacionado a fatores internos e externos. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gestão de contas a receber, implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares

16.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

17 Transações com Partes Relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes das transações relevantes com partes relacionadas efetuadas pela Companhia, exceto transações de operações em ambiente regulado, registradas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Controladora - Copel GeT								
Dividendos	-	-	3.689	1.552	-	-	-	-
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	105	178	-	-	-	-
Serviços de operação e manutenção	-	-	236	225	-	-	(2.816)	(2.686)
Entidade sob controle em comum								
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.								
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	-	11	-	-	-	-
Copel Distribuição S.A. (Copel Dis)								
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	36	49	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica	185	-	-	-	1.579	-	-	-
Copel Comercialização S.A.								
Suprimento de energia elétrica	220	2.140	-	-	3.167	29.311	-	-
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais	-	-	-	-	-	-	(45)	(555)

(a) despesas de pessoal e administradores conforme contrato de compartilhamento celebrado com a Controladora. As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas acima. As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com termos e condições acordadas entre as partes, com os preços de mercado praticados pela Companhia.

A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

18 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Operacionais	30.11.2025	180.075
Seguro D&O	28.03.2026	154.808

O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 30.12.2024, de R\$ 6,1923. Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

Curitiba, 01 de abril de 2025

Marcio Raphael Ploszaj
 Diretor Técnico

Adriano Fedalto
 Diretor Administrativo-Financeiro

Michael Luiz de Souza
 Contador CRC-PR-058084/O-0

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Bela Vista Geração de Energia Elétrica S.A. (Bela Vista), sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel), declaramos que:

(I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras da Bela Vista de 31.12.2024; e

(II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Bela Vista de 31.12.2024.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 01 de abril de 2025

MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ
Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO
Diretor Administrativo-Financeiro



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Bela Vista Geração de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Bela Vista Geração de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do período anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 11 de abril de 2024, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,



Bela Vista Geração de Energia S.A.

inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos



Bela Vista Geração de Energia S.A.

chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 1º de abril de 2025


PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

DocuSigned by

Signed By: ADRIANO MACHADO:15671101859
CPF: 15671101859
Signing Time: 01 de abril de 2025 | 20:05 BRT
ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C.001
Inovar: AC SERASA RFB v2


Adriano Machado
Contador CRC 1PRO42584/O-7

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 7F2F7950-54F6-40EA-8C0C-9046C3B99871

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: BELAVISTA24.DEZ.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 30

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Renan Thielen

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmino Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

renan.thielen@pwc.com

Endereço IP: 134.238.160.144

Rastreamento de registros

Status: Original

01 de abril de 2025 | 19:18

Portador: Renan Thielen

renan.thielen@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

01 de abril de 2025 | 20:06

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Local: DocuSign

@pwc.com

Eventos do signatário

Adriano Machado

a.machado@pwc.com

Sócio

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

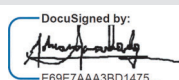
Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Assinatura



Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo

Usando endereço IP: 201.56.164.188

Registro de hora e data

Enviado: 01 de abril de 2025 | 19:18

Visualizado: 01 de abril de 2025 | 20:04

Assinado: 01 de abril de 2025 | 20:05

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Renan Thielen renan.thielen@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da Docusign	Copiado	Enviado: 01 de abril de 2025 20:06 Visualizado: 01 de abril de 2025 20:06 Assinado: 01 de abril de 2025 20:06
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	01 de abril de 2025 19:18
Entrega certificada	Segurança verificada	01 de abril de 2025 20:04
Assinatura concluída	Segurança verificada	01 de abril de 2025 20:05
Concluído	Segurança verificada	01 de abril de 2025 20:06

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa BELA VISTA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03356831933	